

# Brasil não tem ganho imediato

AGUILBERTO

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, terça-feira, 14 de março de 1989 7

## com Plano Brady

Washington — O Brasil tem pouco a ganhar com as propostas de redução da dívida externa e do serviço, apresentadas pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, sexta-feira passada. O subsecretário do Tesouro designado para assuntos internacionais, David Mulford, explicou que o Brasil teria "pouco a ganhar no momento", já que firmou há poucos meses um novo acordo com os credores, onde há "mecanismos importantes de redução voluntária da dívida", como o bônus de saída e a conversão da dívida em investimentos. Mulford disse que não seria vantajoso anular um acordo vigente "sem dar-lhe oportunidade de ver como funciona".

Já o México e a Venezuela poderão ser os primeiros países da América Latina a se beneficiarem dos planos de redução da dívida externa. Ambos os países estão em boa posição para discutir esse tema, primeiro porque seus governos estão decididos a aplicar sérios programas de reformas e, segundo, porque estão iniciando processos de negociação com seus credores, disse Mulford.

O Chile "já fez muito no plano de redução da dívida e acho que também poderá usar" com muita efetividade os novos esquemas, "pois já está aplicando políticas econômicas positivas", acredita Mulford.

Mulford lembrou que, apesar

do acordo recém-firmado, os brasileiros podem sentir-se tentados a explorar as novas possibilidades abertas pelo Plano Brady. Ele também acredita que as novas facilidades estimularão o Peru a reingressar na comunidade financeira internacional.

O Peru "preferiu cortar os vínculos e operar sem o apoio da comunidade internacional, com resultados negativos", disse. "Acho que com as novas possibilidades, o Peru terá muitos incentivos para mudar seu enfoque e sua política, e recorrer às instituições internacionais em busca de ajudas", concluiu Mulford.

### SUGESTÕES

Ele insistiu no fato de que Brady só formulou "sugestões" ou "idéias", que de nenhuma maneira devem ser consideradas "um plano detalhado" para encontrar reduções da dívida externa do Terceiro Mundo.

Recordou a respeito que os bancos dos EUA apenas têm a terça parte desses empréstimos, e o restante está distribuído entre Japão, Europa e Canadá, com diferentes normas e regulamentos, e por isso Washington "não pode apresentar um plano" mas sim "sugestões, com ânimo de dar um sentido de direção" aos esforços para solucionar a crise da dívida externa.

Brady propôs na sexta-feira, em um encontro com especialistas, a suspensão por três anos de algumas cláusulas rotineiras nos contratos bancários, que impede tanto os bancos como seus devedores de negociar em separado a amortização ou compra dos empréstimos.

Para Brady, a suspensão das cláusulas aceleraria o ritmo das negociações entre bancos e clientes soberanos para reduzir o saldo de suas dívidas, além de propor que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial estimulem essas negociações consagrando parte de seus recursos.

Os fundos do FMI e do Banco Mundial poderiam ser utilizados para garantir o pagamento de juros sobre a parcela dos empréstimos que permanecerem nos registros dos bancos, ou para repor as reservas do país que use seus próprios fundos para recomprar parte de suas dívidas. Os bancos poderiam, assim, perdoar parte das dívidas ou reduzir as taxas de juros, em troca de que garantiriam substancialmente seus ativos.

Atualmente, os pagamentos dos empréstimos a países do Terceiro Mundo são cotados a menos de 50 centavos por dólar no mercado secundário, e a deabilidade dos ativos bancários mina o valor de suas ações na Bolsa.